

Procon não controla mensalidades

A Secretaria de Defesa do Consumidor e o Serviço de Proteção ao Consumidor (Procon) pouco têm com o regime de liberdade vigiada para as mensalidades escolares. Esse foi o resultado da conversa entre o secretário estadual Paulo Salvador Frontini e um grupo de estudantes liderados pelo advogado Mauro Bueno, presidente da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos, realizada ontem.

“Só podemos encaminhar as reclamações aos conselhos de Educação. A porta está aberta para os abusos, e o freio tem de vir depois”, disse Frontini. O diretor do Procon, Marcelo Sodré, também presente ao encontro, afirma que a Portaria 140 não reconhece a secretaria de Defesa do Consumidor como órgão fiscalizador. “Legalmente não podemos fazer nada, mas podemos ter uma posição política e entrar com uma ação civil pública”, disse.

A Associação Intermunicipal de Pais e Alunos promove uma assembleia hoje às 19h30, na Assembleia Legislativa, contra o regime de liberdade vigiada.

A entidade promete conseguir liminares para depositar as



Ormuzd Alves/AE

Sodré, Bueno e Frontini: pouco a fazer

mensalidades em juiz, sem nenhum reajuste, “antes que as escolas provem seus custos”. Como a própria portaria limita os lucros das escolas em 10%, Mauro Bueno promete exigir todas as comprovações de gastos. A Associação de Pais e Alunos defendem reajustes que acompanhem a política salarial

do governo. O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo quer 60,4% de reajuste em junho. O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Supletivo de São Paulo, por sua vez, orienta seus associados a acatar a portaria, aplicando os 30% permitidos em junho.